



 **CHAPA**
ANDES-SN
CLASSISTA E DE LUTA **2**



Programa da Chapa 2 “ANDES-SN Classista e de Luta”

O ANDES-SN – Sindicato Nacional das(os) docentes das instituições de ensino superior federais, estaduais e municipais e do ensino básico, técnico e tecnológico federal – é um instrumento da classe trabalhadora brasileira e precisa estar inserido em suas lutas imediatas e históricas, mantendo sua autonomia, independência e democracia. Nosso projeto sindical defende esse caráter e os princípios de desvinculação de governos e partidos políticos.

O Programa da Chapa 2 “ANDES-SN Classista e de Luta” é, ao mesmo tempo, um guia para a ação e um compromisso público com a categoria docente das instituições de ensino superior do país e da educação básica, técnica e tecnológica federal que, pela natureza de seu trabalho, exerce papel relevante na sociedade. Sua composição está marcada pela diversidade de docentes, negras(os), homens, mulheres, docentes com deficiência, indígenas e LGBTQIAP+, representantes de Universidades do setor das federais, estaduais e municipais, CEFETs e Institutos Federais, de norte ao sul do país.

A derrota de Bolsonaro nas eleições presidenciais foi muito importante, mas ele teve expressiva votação. O projeto que representa está entranhado em setores sociais e na maquinária estatal, o que se viu na eleição de representantes da ultradireita, arautos de ideologias altamente reacionárias e protofascistas em processo de consolidação no país. As condições criadas pelo incremento de tal ideário, com base nas históricas alianças entre essas forças e a chamada direita “democrática”, fortalecidas pelos últimos governos e pela composição do Parlamento, requerem que o nosso Sindicato seja referência de força e combate, orgânico e atuante nas bases da categoria em favor da ampliação das liberdades democráticas.

A frente ampla liderada por Lula inclui frações da burguesia que tentarão manter o programa neoliberal em curso. Ao movimento sindical cabe fortalecer a unidade e se mobilizar nas ruas para combater a agenda burguesa e pressionar para que governo atenda as pautas da classe trabalhadora, seja no plano imediato de combate à fome e ao desemprego, seja revertendo as contrarreformas e as medidas de ajuste fiscal comprometidas com o capital financeiro. Pautas deste calibre dependem, para sua vitória, da capacidade de articulação dos diferentes segmentos sociais envolvidos na luta de classes e, para a classe trabalhadora,

de sua capacidade de enfrentamento dos problemas impostos pela economia política capitalista atual.

Para arrostarmos a conjuntura desafiadora dessa quadra histórica será preciso reafirmar, em primeiro lugar, a independência de classe e seu fortalecimento para combater os ataques que virão, impondo-se a unidade da classe trabalhadora e dos movimentos populares. É fundamental que o Sindicato não esteja subordinado a qualquer órgão público ou privado e tenha autonomia com relação a administrações, governos, partidos e/ou grupos políticos. No atual contexto histórico, é imprescindível maior organização e atuação pela base, cumprindo as deliberações de assembleias e comprometida com as bandeiras e a defesa dos direitos conquistados pela categoria docente e demais trabalhadoras(es) do país. O momento demanda unidade de ação, foco e muito empenho junto com vários setores da sociedade para combater as políticas neofascistas/bolsonaristas e, mais além, unidade programática para fortalecer a luta de classe. O ano de 2023 deve ser de fortalecimento da Unidade.

Elementos cruciais da conjuntura apontam para um período de aprofundamento da crise estrutural do capitalismo, com intensificação das disputas imperialistas no mercado mundial em torno da apropriação da mais valia gerada em todos os lugares e, em especial, na educação e na saúde, âmbitos onde o capital vê possibilidade de ampliar seu lucro. Este sistema perverso necessita que os Estados nacionais continuem cumprindo seu papel de institucionalizar e legitimar a superexploração das(os) trabalhadoras(es), bem como espoliar a renda do povo e transferi-la aos estratos dominantes, aprofundando a concentração e, por conseguinte, as desigualdades de classe.

Será preciso afirmar, insistente e cotidianamente, que o déficit público não é causado pela destinação de recursos para o benefício da população por meio de políticas públicas; é resultado do comando financista da política econômica que submete, há anos e cada vez mais fortemente, o restante das contas públicas aos interesses do rentismo, como geração de superávits e fixação de tetos de gastos. Tampouco interessa uma “nova meta fiscal”, se não for para limitar o dispêndio

com a dívida pública. A experiência histórica mostra que tais problemas não se resolvem com trocas de governo. O ANDES-SN jamais se submeteu aos supostos encantos deste limitado horizonte que hoje se apresenta num governo de frente ampla, alardeado como panaceia para os problemas sociais, políticos e econômicos.

O maior desafio do ANDES-SN será, nos próximos anos, manter-se como organismo de luta, enraizado, confrontando ataques que visam sua destruição ou sua descaracterização. O apassivamento sindical, a perda da autonomia e independência ameaçam valores que, em quarenta e dois anos de história, completados em 2023, foram distintivos deste Sindicato. Tal legado resulta não de consensos previamente estabelecidos, mas de fortes disputas políticas que continuam vivas e estarão presentes no processo eleitoral em curso.

Os ataques às Instituições Públicas de Ensino Superior – e aos serviços públicos em geral – são, igualmente, ataques à categoria docente e às(aos) demais servidoras(es) públicas(os). O efetivo desenvolvimento institucional pressupõe a preservação dos pilares estruturantes destas Instituições – financiamento público, autonomia e democracia –, sem os quais ficam comprometidos não só o direito social a uma educação de qualidade, mas, particularmente, ao trabalho e à carreira docente. A defesa da categoria pressupõe, pois, para além da carreira, a defesa de objetivas condições de trabalho, no afã de superar todas as formas de sua precarização, inclusive a desvalorização salarial.

Os desafios elencados implicam na manutenção de princípios e posicionamentos essenciais para o Sindicato permanecer como instrumento de luta. De sua história fazem parte a defesa da educação pública, gratuita, laica e com qualidade que atenda às demandas da sociedade, pauta explícita no Caderno ANDES nº 2, ao lado da defesa do ensino, pesquisa e extensão, gestão democrática, autonomia universitária, financiamento (recursos públicos exclusivamente para o setor público), carreira e capacitação docente, padrão unitário de qualidade, avaliação institucional (avaliação interna e externa).

Com base nesses princípios e em decisões congressuais





é que carecerão de ser tratados os temas da organização sindical, sua relação com uma Central Sindical e com a reorganização da classe, a defesa dos interesses da categoria, da educação, da ciência, da previdência e demais assuntos que envolvem a ação sindical. Somente assim será possível revigorar o protagonismo da base do Sindicato Nacional na definição da agenda da entidade e nas práticas políticas e acadêmicas por ela ensejada.

Coerente com esse objetivo, a constituição da Chapa 2 “ANDES-SN Classista e de Luta” foi amplamente discutida em plenárias plurais, democráticas, abertas e com forte participação da base das seções sindicais. Resultou desse processo uma (chapa) nominata cujo propósito é fortalecer a participação das(os) docentes na vida política do ANDES-SN, tendo em vista assegurar melhores condições para enfrentar as adversidades da conjuntura que, no horizonte, se podem identificar nas alianças do novo governo federal com o setor privado-mercantil. Esse continuará sendo impulsionado pelas políticas governamentais (PROUNI, FIES), pela tentativa de redefinir a função social da universidade segundo interesses do mercado, pela contrarreforma administrativa, de roupagem nova em substituição à PEC32, entre outras.

Para a reversão desse quadro, ressalta como eixo central das articulações a construção de um grande movimento pela educação pública em todos os níveis no país. As Universidades, Institutos Federais e CEFETs, por serem espaços potencialmente capazes de tornar pensáveis os grandes problemas dos povos, estão desafiados a contribuir, de modo original, com essas lutas. Ademais, nossa Chapa está comprometida com a defesa da carreira única do Andes-SN, de salários justos e com paridade entre ativas(os) e aposentadas(os); de condições de trabalho compatíveis com a especificidade das atividades acadêmicas; do sindicalismo autônomo, democrático e classista; de uma sociedade que supere a barbárie do capital; da solidariedade internacional com trabalhadoras(es) em busca de emancipação; do direito de todas(os) a um ambiente saudável, justo e compatível com a dignidade da vida humana e demais espécies.

Considerando a especificidade do ANDES-SN, um sindicato das(os) docentes das instituições de ensino superior e da educação básica, técnica e tecnológica federal, a CHAPA 2 apresenta seus pontos programáticos.

Políticas de unidade na luta

A nossa luta é, ao mesmo tempo, específica e geral; articula, dialeticamente, as questões relativas às(aos) Servidoras(es) Públicas(os) às das(os) trabalhadoras(es) da educação básica, às organizações estudantis, aos movimentos sociais e de outras(os) trabalhadoras(es) brasileiras(os), destacadamente das Universidades e Institutos Públicos, para que se mantenha a necessária autonomia e crítica às medidas governamentais.

A política de estrangulamento dos serviços públicos, desde 2013/2014, foi aprofundada pela Emenda Constitucional (EC) nº 95/2016, do governo Temer. O teto de gastos imposto às questões sociais prioritárias exacerbou os danos à sociedade. No governo Bolsonaro, os serviços públicos foram alvo do aprofundamento da política neoliberal, somado ao descaso e aos ataques diretos às/aos servidoras/es e aos serviços públicos. Não há dúvidas sobre as intenções daquele governo em destruir o que estava consolidado como Estado brasileiro. A dimensão do desmonte e seus grandes retrocessos em todos os setores do serviço público é imensurável. É hora de exigir que a reconstrução ocorra o mais rapidamente possível, projetando políticas públicas para avançar em direção à conquista de serviços públicos de qualidade.

Paralelamente a essas pautas – e diante do grave quadro climático e ambiental resultante do desmatamento, do garimpo ilegal, da mercantilização da vida em todas as suas formas, do agronegócio e da especulação imobiliária, entre outros –, é fundamental que o Sindicato promova debates sobre o papel das Universidades Públicas, Institutos Federais e CEFETs na produção de conhecimentos e políticas que contribuam para superar essa crise. Está no horizonte, no curto e médio prazo, a degradação das condições de sobrevivência da espécie humana e demais espécies. Os direitos à preservação da natureza devem ser alvo

das intervenções do ANDES-SN, articuladas às demandas por condições de trabalho, contra as opressões e a barbárie produzida pelo avanço do capital sobre os espaços urbanos e naturais.

O ANDES-SN precisa manter-se na vanguarda da organização da classe trabalhadora, sem abdicar da imprescindível mobilização da categoria docente, sua base, tanto pelos processos formativos quanto pelas diferentes ações de fortalecimento da resistência frente ao conjunto de ataques que as(os) trabalhadoras(es) da educação têm sofrido, particularmente as(os) das Universidades, Institutos Federais e CEFETs. A ação do ANDES-SN deve continuar pautando a recusa veemente do papel de colaborador de governos. A CHAPA 2 propõe LUTAR:

- 1) pela revogação das quatro Contrarreformas da Previdência, da Lei de Responsabilidade Fiscal, da Contrarreforma Trabalhista, da Emenda Constitucional nº 95 (teto de gastos), das privatizações, da Lei das Organizações Sociais, do Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação, da Lei de Greve, do Pacote dos Venenos, da Lei antiterrorismo, da EC nº 109/2021 (PEC 186), que coloca o AJUSTE FISCAL na Constituição Federal e penaliza a população em todas as esferas (federal, estadual, municipal e distrital) e pela garantia de financiamento público exclusivamente para a educação pública;
- 2) pela revogação imediata da contrarreforma do Ensino Médio, assim como da BNCC (Base Nacional Comum Curricular) e do Decreto nº 10.004, que instituiu o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM) e arquivamento da contrarreforma Administrativa (PEC nº 32/2020);
- 3) para que os recursos do fundo público sejam aplicados exclusivamente nas instituições públicas e gratuitas. Para isso, é importante a articulação, dentro das IES, com movimentos estudantis e sindicatos das(os) Técnico-Administrativas(os) e, fora delas, com sindicatos da Educação Básica e de outras(os) trabalhadoras(es) e movimentos sociais para que mantenhamos a crítica às

políticas educacionais dos governos municipal, estadual e federal;

- 4) para consolidar um polo de lutas unitário, democrático e comprometido com a emancipação dos que vivem do próprio trabalho e são explorados no terreno da independência e da liberdade de organização e para enfrentar os grupos de extrema direita;
- 5) pela promoção e participação intensa no projeto da reorganização da classe trabalhadora, em ampla unidade, na construção de uma Central Sindical, classista, popular e independente, na rearticulação da CNESF e no fortalecimento do FONASEFE e outros espaços de unidade;
- 6) pela retomada de ações em defesa do SUS e revogação da Lei nº 12.550/11 (EBSERH), cancelamento de todas as OSs na Saúde em unidade com FASUBRA, Frente Nacional contra a privatização da Saúde (FNCPS) e UNE e ampliação do financiamento e valorização das(os) profissionais de saúde;
- 7) pela negociação com o Governo Federal sobre os seguintes eixos: recomposição EMERGENCIAL IMEDIATA das perdas salariais decorrentes da corrosão inflacionária; recomposição das perdas históricas; política salarial permanente com valorização do salário-base e a incorporação das gratificações; valorização dos serviços e servidoras/es públicas/os;
- 8) para rearticular a Coordenação Nacional das Entidades em Defesa da Educação Pública e Gratuita (CONEDEP) e dos fóruns, coordenações e comissões Estaduais, com vistas à realização dos encontros preparatórios regionais, comissões e coordenações estaduais para concretizar o IV Encontro Nacional de Educação (ENE) como espaço amplo e plural de formulação de uma política educacional democrática, classista e popular;
- 9) pelo apoio aos Povos Indígenas, estabelecendo vínculos com universidades e suas organizações,

reforçando a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI), Decreto nº 7747/2012.

Política educacional e universitária

O legado nefasto deixado pelo Governo Bolsonaro para a sociedade brasileira é indiscutível, atingindo sobremaneira a política educacional. Usufruindo friamente das condições dadas pela Emenda Constitucional nº 95, do período Temer, o Governo encerrado elegeu a educação pública como um de seus alvos preferenciais e estudantes, professoras(es) e funcionárias(os) de Universidades, Institutos Federais, CEFETs e escolas de educação básica como inimigas/os do país. O privatismo tentou em vão desmoralizar a educação superior pública, embora esse modus operandi tenha raízes nos finais dos anos de 1980 e no Governo FHC (1995-2002), tendo se acentuado nos Governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016). Para que as mudanças necessárias na política educacional ocorram, o novo Governo tem que revogar as medidas que permitem o avanço do capital sobre a formação profissional e a devastação da educação pública. Porém, na equipe de transição destacou-se o Movimento Todos pela Educação que vem destruindo a educação pública mediante inúmeras estratégias.

O atual Ministro da Educação, Camilo Santana, afirmou que “para o país virar a página do mau ensino, é preciso pacto nacional movido a metas, meritocracia e mais dinheiro”. A lógica gerencial atinge o coração da educação pública, conduzindo à privatização dos serviços públicos, além de estimular políticas de transferência direta dos recursos públicos aos “tubarões do ensino” que mercadejam a educação, como o FIES e o PROUNI. Urge não cairmos no canto da sereia e seguir firme na articulação com os movimentos sociais, especialmente Movimentos Estudantis, os sindicatos de trabalhadoras(es) da Educação Básica e Superior e de outras áreas. Alterar a correlação de forças sociais é crucial para alcançar as reivindicações que salvaguardem a educação pública e gratuita. Não podemos ser dragados pelo adesismo ao Governo e subsumidos a uma agenda que não reverta a tragédia à qual a classe trabalhadora vem sendo historicamente submetida,

bastante agravada neste momento histórico.

Não muito diferente é a situação das Instituições de Ensino Superior Estaduais e Municipais (IEES/IMES). Apesar da diversidade partidária de governadoras(es) e prefeita(os) à frente de estados e municípios, suas comunidades acadêmicas vêm sofrendo problemas análogos: ataques à autonomia universitária e à democracia interna, estrangulamento orçamentário, avanço na contrarreforma da previdência, retirada e restrição de direitos trabalhistas, além da dura corrosão salarial. Tal situação supõe que a diretoria à frente do Sindicato Nacional vá além da caracterização dos problemas vivenciados pelo Setor, reconhecendo os avanços que têm alcançado em razão da unificação do movimento docente ao longo dos anos. Para atingir novos patamares na luta nacional, a CHAPA 2 considera VITAL:

- 1) defender a educação pública, gratuita, democrática, laica e inclusiva, a autonomia universitária e dos institutos federais e CEFETs – nas dimensões didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial – como norma auto aplicada, bastante em si, nos termos do Art. 207 da Constituição Federal e do Projeto ANDES-SN para a Universidade Brasileira (Caderno 2 e suas atualizações);
- 2) defender as condições estruturais e materiais para que Universidades, Institutos Federais e CEFETs ofereçam educação pública, gratuita, democrática, laica e de qualidade para todas(os), como direito social e dever do Estado, sem concessões às formas de precarização;
- 3) defender a implementação de eleições diretas, no mínimo, paritárias e a consequente democratização das IES, especialmente revogando a Lei nº 9.192/95 e demais instrumentos legais que impõem a lista tripla para escolha, pelo governo, das(os) reitoras(es), tornando os conselhos abertos aos interesses das(os) docentes, das(os) técnico-administrativas(os) e das(os) estudantes.
- 4) defender eleições democráticas para gestoras(es) acadêmicas(os) e administrativas(os) das IMES, com reitoras(es) Ordenadoras(es) de Despesas;

5) defender a indissociabilidade ensino-pesquisa e extensão:

- 5.1) Ensino: defesa incontestada da educação presencial; rejeição ao Reuni Digital, ao Future-se e eventuais programas que reforcem a EaD, como o ensino híbrido e a plataformização da educação em articulação com estudantes e TAEs;
 - 5.2) Extensão: defesa de sua articulação ao ensino e à pesquisa para identificar e acompanhar problemas sociais relevantes, propiciar o diálogo de experiências e saberes entre a universidade e demais segmentos da sociedade, como movimentos sociais, associações de moradores, representantes da cultura e da educação básica e público em geral, sem submeter-se a interesses de mercado;
 - 5.3) Pesquisa: defesa de uma política de Ciência & Tecnologia e Inovação Pública adaptada às necessidades do desenvolvimento social, com recomposição e ampliação urgente dos recursos para o Ministério da Ciência e Tecnologia, atendendo as necessidades da sociedade, a justiça climática e ambiental e a soberania nacional, bem como de políticas de ampliação e democratização da distribuição de recursos, tendo como base a autonomia universitária e a produção de conhecimento socialmente referenciado, combatendo o produtivismo acadêmico e seus impactos nas condições de trabalho das(os) docentes;
- 6) defender os direitos e as liberdades democráticas de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento;
- 7) articular a ação sindical com movimentos latino-americanos e africanos em defesa da cultura, educação, ciência e produção de conhecimentos.

Política sobre trabalho docente, condições de trabalho e carreira

O grau de precarização da atividade docente nas Universidades, Institutos Federais e CEFETs, ao qual temos sido submetidas(os) tem implicado diferentes



formas de adoecimento docente. Este cenário é agravado pela burocratização e pela individualização dos processos institucionais, alimentando o 'ambiente mercadológico' de competitividade interno e entre as instituições, além de comprometer drasticamente a autonomia institucional. O desmonte das IES no país, promovido, sobretudo, na "era Bolsonaro" e por governos estaduais e municipais de diferentes partidos, com cortes e contingenciamentos orçamentários severos, afetou demasiado o trabalho docente. Seja pela ausência de concursos públicos e redução da contratação de professoras/es substitutas(os) para os casos de licença-saúde, licença-maternidade, formação, ampliando e intensificando a carga de trabalho para as(os) docentes ativas(os); seja pela redução acentuada de recursos para manutenção e aquisição de espaços e equipamentos indispensáveis às atividades de ensino-pesquisa-extensão, gerando redução de qualidade dessas atividades e atingindo em cheio a perspectiva de convivência e socialização da comunidade acadêmica; seja pela ampliação da lógica produtivista e mercantilista nas instituições que estimula a busca de soluções individuais frente à falta de recursos, às condições de trabalho e à estagnação salarial, vivemos em nossas instituições um conflito com a lógica do setor privado.

Defender nossa categoria supõe a luta por efetivas condições de trabalho, o combate a todas as formas de precarização, inclusive a desvalorização salarial, a defesa do financiamento público e contra o desmonte das IES. Neste âmbito, a CHAPA 2 propõe LUTAR:

- 1) pela garantia das condições adequadas para o exercício docente segundo o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e do padrão unitário de qualidade, garantindo às/aos docentes espaços adequados e o suporte técnico necessário à manutenção e ampliação de seus projetos de trabalho;
- 2) por efetivas condições de trabalho das(os) docentes, grande parte desprovida de direitos como isonomia remuneratória e aposentadoria integral, além de anos de salários congelados, desestruturação da carreira, precarização das condições de trabalho e aumento da carga de

trabalho;

- 3) contra as formas de precarização do trabalho, inclusive a desvalorização salarial, pela defesa do financiamento público tal como apresentado no Plano Nacional de Educação (PNE) para a Sociedade Brasileira (1997) e contra o desmonte das Universidades, Institutos Federais e CEFETs;
- 4) pelo fomento a publicações com pesquisa sobre o trabalho docentes nas IEES e IMES, seus desafios e dificuldades;
- 5) pela abertura de concursos públicos para contratação de profissionais que garantam as condições de acessibilidade de pessoas com deficiência nas atividades das Universidades, dos Institutos Federais e dos CEFETs, assim como para docentes das Licenciaturas Indígenas;
- 6) por políticas educacionais que garantam direitos das mulheres, estudantes, servidoras docentes, técnicas ou terceirizadas, em atividade ou aposentadas, pretas, quilombolas, indígenas, mães de pessoas com deficiência, migrantes, refugiadas, apátridas, de comunidades tradicionais, LGBTQIAP+ e de demais grupos discriminados;
- 7) pela redução dos prejuízos psíquicos, físicos e materiais causados pelo trabalho remoto que atingem a saúde das(os) docentes, inclusive das(os) responsáveis por extensas jornadas de cuidado no âmbito da reprodução social da vida familiar;
- 8) pela previdência social pública, por meio do regime de repartição, garantindo às(aos) docentes aposentadoria com proventos integrais e isonômicos entre ativas(os) e aposentadas(os);
- 9) pela suspensão do controle de frequência das(os) docentes do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) e isonomia neste âmbito, conforme o Decreto nº 1867/96.

Nas políticas para a educação superior, a carreira docente supõe, em sua estrutura, as condições

para o desenvolvimento do trabalho docente de formação humana. É urgente defender nossa carreira, pois é estratégica para a existência da Universidade pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada nos interesses da maioria da população do país. A carreira é um direito e fruto do reconhecimento de nosso trabalho! A CHAPA 2 propõe FORTALECER:

- 1) o Projeto de Carreira Única do ANDES-SN para o Magistério Superior e Ensino Básico, Técnico e Tecnológico atuando no ensino, na pesquisa e na extensão, garantidas as especificidades de cada nível de ensino;
- 2) o combate à flexibilização do regime de dedicação exclusiva, pois as(os) professoras(es) em DE são as(os) maiores responsáveis pela gestão colegiada, bem como pela pesquisa e extensão;
- 3) a defesa das carreiras docentes nas IMES, com concursos públicos e fim da ampliação da contratação de professores de contrato e docentes monitores;
- 4) o enfrentamento ao desrespeito dos Planos de Carreira das IMES, com valorização das progressões, pagamento às(aos) docentes de adicional noturno, insalubridade e periculosidade;
- 5) a defesa dos direitos de carreira retirados, sob o pretexto das medidas tomadas por conta da pandemia da COVID 19, e dos prejuízos decorrentes da falta de autonomia das gestões administrativa e financeira das Universidades Municipais;
- 6) a luta pela recuperação e valorização do regime de Dedicação Exclusiva nas IFES (remuneração 3,1 vezes o correspondente ao regime de 20h) e retomada da negociação por remuneração integral e isonômica das(os) integrantes de mesmo nível da carreira, unificando em apenas uma linha no contracheque os percentuais correspondentes à titulação e ao regime de trabalho;
- 7) o combate às medidas que desestruturam a carreira, como o Marco de Ciência e Tecnologia; a Lei

de Inovação Tecnológica; a política de editais do financiamento da pesquisa, extensão e, recentemente, do ensino; a hierarquização produtivista;

- 8) o combate às barreiras para promoções e progressões nas IFES, exigindo-se a revogação das Resoluções aprovadas pelos Conselhos Universitários sobre desenvolvimento na carreira que tiram direitos docentes;
- 9) a demanda de que promoções e progressões sejam a partir da data em que se completa o interstício em termos financeiros e administrativos, inclusive no sentido de acúmulo de interstícios (progressões múltiplas) para fins de concessão de progressão funcional em mais de um nível por vez;
- 10) o diálogo com as(os) professoras(es) federais recentemente contratadas(os), com carreira profundamente desestruturada pela Lei nº 12.772/2012;
- 11) a luta contra a contrarreforma administrativa (PEC nº 32/2020), fora da pauta no momento, que prevê, entre tantos prejuízos, a extinção do Regime Jurídico Único e a supressão do conceito de CARREIRA das(os) trabalhadoras(es) na Constituição.

Política de Financiamento

A defesa histórica de que os recursos públicos devem financiar exclusivamente instituições públicas, por parte do ANDES-SN, precisa estar no centro das orientações de nossas lutas. Pôr um fim a todas as formas de subsídios públicos à esfera privada, demanda sermos radicais na defesa, como princípio, de que todas(os) habitantes do país têm direito à educação pública, gratuita e de qualidade em todos os níveis. Para a CHAPA 2 IMPORTA:

- 1) exigir a recomposição orçamentária IMEDIATA e a ampliação do orçamento público para garantir o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão para formação de estudantes das classes populares e expansão das Universidades e dos Institutos Federais;

- 2) defender o financiamento público estável e suficiente para as IES, assegurando expansão com qualidade, tal como apresentado no Plano Nacional de Educação (PNE) para a Sociedade Brasileira (1997);
- 3) defender o financiamento público para as IEES/IMES com alteração/criação de instrumentos legais que assegurem percentual orçamentário e combater planos de privatizações por dentro dessas instituições;
- 4) ampliar a articulação com as seções sindicais, a fim de subsidiar o entendimento acerca dos financiamentos das Universidades Municipais;
- 5) defender a gratuidade do ensino, contra os cursos pagos nas universidades e pela revogação de qualquer forma de cobrança de taxas nas IES e Institutos públicos e CEFETs;
- 6) lutar contra a transformação de campi universitários em ativos imobiliários para impedir a continuidade e disseminação de projetos como o Viva UFRJ que, recentemente, cedeu ao capital uma extensa área de um de seus campi, como falsa solução aos recorrentes cortes de verbas das universidades federais.

Política de acesso e permanência

As(os) estudantes provenientes da classe trabalhadora ocupam, hoje, mais de 50% das vagas oferecidas nas IES, consequência de políticas de acesso, como as cotas, e de permanência, como as bolsas-auxílio, restaurantes e moradias. No entanto, a redução e/ou congelamento progressivo dos valores das bolsas (auxílio e de extensão e pesquisa) tem empurrado para fora das IES as(os) estudantes que delas necessitam. A partir da pandemia da COVID 19, período no qual o desemprego, a doença e a morte obrigaram as(os) jovens a buscarem meios de sobrevivência e até de sustento de suas famílias, a evasão e a redução no número de inscritos no ENEM tornou-se realidade. Para estancar esse processo de evasão e descrédito no potencial emancipatório da educação por parte da juventude é fundamental a ampliação de verbas





para assistência estudantil, restaurantes universitários e moradias, ampliação e reajuste, além do que foi concedido, das bolsas auxílio e de estudo na graduação e na pós-graduação, bem como o estímulo à participação das(os) estudantes em projetos de ensino pesquisa e extensão. Para a CHAPA 2, é **NECESSÁRIO**:

- 1) defender a universalização do acesso à educação universitária, técnica e tecnológica pública e de condições estruturais e acadêmicas às(aos) estudantes que almejem prosseguir seus estudos, com proporcional ampliação das verbas, dos espaços e do quadro docente;
- 2) lutar pela continuidade e ampliação das políticas afirmativas de ingresso e permanência para a graduação, pós-graduação e concursos para servidoras(es) técnico-administrativas(os) e docentes, dentre elas, cotas sociais, cotas para pessoas com deficiência, cotas étnico-raciais e cotas para indígenas;
- 3) exigir recursos orçamentários da União para efetuar a recuperação infraestrutural das adaptações necessárias e assegurar condições de permanência estudantil (inclusivas, psicológicas, econômicas, sociológicas e institucionais);
- 4) pleitear inclusão nos currículos e cursos de debates sobre racismo, feminismo, diversidade sexual, capacitismo, ecossocialismo, colonização e crítica ao eurocentrismo.

Política de combate às opressões

O caráter classista de nosso Sindicato nos coloca no front contra todas as desigualdades; combina e torna inseparável o combate ao sofrimento no trabalho e às opressões impostas às mulheres, às(aos) negras(os), às(aos) indígenas, às pessoas LGBTQIAP+, às pessoas com deficiência, às(aos) idosas(os) e às(aos) que não correspondem às idealizações/padronizações dominantes e sufocantes da liberdade. A perspectiva hegemônica acentua, aprofunda e extrai ganhos dessas opressões, razão pela qual a luta das(os) trabalhadoras(es) contra os processos opressivos do capitalismo exige incorporar, de forma interseccional,

todas(os) nas disputas de nosso sindicato. A CHAPA 2 se **COMPROMETE**:

- 1) a defender a representação da diversidade da nossa categoria no recorte de gênero, étnico-racial, de orientação sexual e identidade de gênero, indígenas e de pessoas com deficiência nos espaços deliberativos do Sindicato Nacional como Congressos e CONAD, diretorias do ANDES e das Seções sindicais, conselhos de representantes e outras instâncias;
- 2) a realizar cursos de formação sindical na perspectiva interseccional articulando luta de classes, gênero, orientação sexual, identidade de gênero, raça, pessoas com deficiência, ambiente e diversidade étnica;
- 3) a lutar por uma política ampliada de ações afirmativas de forma a contemplar grupos e sujeitos historicamente excluídos.

Política sindical

A trajetória do ANDES-SN, nesses 42 anos, tem sido marcada pela combinação dos interesses mais imediatos da categoria com o projeto estratégico da classe trabalhadora como um todo, priorizando a organização sindical de base, classista e independente de patrões, do mercado e dos governos de plantão. O vínculo do nosso Sindicato com organizações do movimento operário e do movimento contra as opressões acentua, especialmente, as lutas das Centrais Sindicais. O ANDES-SN sempre teve um importante papel no processo de reorganização da classe trabalhadora, razão pela qual o vínculo a uma Central Sindical tornou-se condição de nossa própria existência como Sindicato Classista. A participação em Centrais Sindicais, Fóruns e Frentes nos fortaleceu internamente.

A tarefa principal dos sindicatos da classe trabalhadora é a de construir a unidade, visando a atuação classista, autônoma e democrática. Tal é a razão da filiação e articulação dos sindicatos em uma central sindical, para batalhar por melhores condições de vida e trabalho, bem como se envolver na consolidação das liberdades democráticas na sociedade brasileira e na

superação do capitalismo. Uma entidade sindical e popular deve se respaldar num modelo de organização que abarque as lutas populares, estudantis, contra as opressões, modelo que aglutina os movimentos das(os) trabalhadoras(es) nas suas variadas esferas e formas.

Entendemos que a deliberação do 41º Congresso, de desfiliação da Central Sindical e Popular (CSP-Conlutas), não pode resultar no rompimento com nossa concepção de organização (sindical e popular). Reiteramos a necessidade de termos uma Central que reúna trabalhadoras(es) formais, desempregadas(os) e em situação de trabalho informal, bem como os movimentos de mulheres, de negras(os), de pessoas com deficiência, da comunidade LGBTQIAP+, dos povos originários, das comunidades quilombolas, das(os) sem-terra, das(os) sem teto, das(os) atingidas(os) por crimes ambientais e outros movimentos. Semelhante perspectiva continua viva e sua preservação se faz urgente. O ANDES-SN deve cerrar fileiras na continuidade da luta pela reorganização da classe trabalhadora no terreno da independência e da liberdade de organização. As condições criadas pelo incremento do ideário fascista no Brasil, baseadas nas históricas alianças entre essas forças e a chamada direita democrática, fortalecidas pelos últimos governos e pela composição do Parlamento, exigem que o nosso Sindicato seja referência de força e luta, atuante e organizado com as bases da categoria em defesa e ampliação das liberdades democráticas. A CHAPA 2 PROPÕE:

- 1) organizar a atuação sindical pela base por meio de assembleias e comprometida com as lutas classistas e defesa dos direitos conquistados pela categoria docente e pelas(os) demais trabalhadoras(es);
- 2) fomentar e incentivar a participação dos docentes das universidades municipais nos debates e criação de novas bases sindicais;
- 3) fortalecer as seções sindicais municipais, estaduais e federais já existentes e que estão com dificuldades de crescimento e até mesmo de legalização, com atuação firme e constante das Regionais;

- 4) lutar pela regularização/institucionalização da negociação coletiva no setor público federal e direito irrestrito de greve, colocando em prática as determinações da Convenção 151 da OIT;
- 5) solidariedade militante e material para com os movimentos das(os) trabalhadoras(es) por salário, direitos e condições de trabalho, aspectos radicalmente precarizados nos últimos anos;
- 6) apoio político e material às organizações da classe trabalhadora nos meios rural e urbano contra as ações violentas do capital e para autodefesa.

Internacionalismo

Defendemos um Sindicato Classista e Internacionalista, articulado às lutas da classe trabalhadora em qualquer lugar do mundo. É imperativo reestabelecer os vínculos internacionais do ANDES-SN com os movimentos sindicais de docentes de outros países, especialmente latinoamericanos.

Ressaltamos a luta contra a imposição dos sistemas de patentes e a ampliação da apropriação privada dos conhecimentos produzidos pela Universidade Pública. As prioridades do país devem ser alteradas, permitindo acesso integral às tecnologias disponíveis a todas(os) cidadãs(ãos). É urgente construirmos uma rede internacional com Sindicatos de docentes e de lutadoras(es) a favor de uma alternativa independente que enfrente as questões da apropriação privada do conhecimento, das questões energéticas e ambientais e das políticas de ciência e tecnologia. Nos últimos anos, os problemas ambientais e as crises energéticas aproximaram professoras(es) e pesquisadoras(es) das universidades brasileiras a diversas instituições internacionais de ensino e pesquisa, ampliando as redes internacionais de pesquisa e de solidariedade entre as instituições de ensino brasileiras e estrangeiras.

Convidamos as(os) companheiras(os) a somarem conosco no fortalecimento das lutas da categoria e da classe trabalhadora em geral contra todas as formas de opressão e em defesa das liberdades democráticas e do seu avanço para formas cada vez mais profundas

de organização social. Essas são as grandes tarefas, no presente e no futuro próximo, que queremos realizar com firmeza e combatividade, com fraternidade e solidariedade entre nós.





 **CHAPA**
ANDES-SN **2**
CLASSISTA E DE LUTA

CHAPA 2

“ANDES-SN CLASSISTA E DE LUTA”